XXVII Encontro de Iniciação à Docência

https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/enid/index

Pró-reitoria de graduação – ENID – 2025

ARTIGO SUBMETIDO AO XXVII ENID - 2025 - UFPB
A DISCIPLINA ÉTICA E A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: DESAFIOS PARA O ENSINO CRÍTICO EM SERVIÇO SOCIAL

Júlia Vitória Miranda Paiva;
Silvia Larissa da Silva Guedes;
Maria de Fátima Leite Gomes.

Programa de Monitoria
CCHLA - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes Campus I - João Pessoa

INTRODUÇÃO

O avanço acelerado de mecanismos tecnológicos, como a inteligência artificial (IA), no campo educacional, tem promovido significativas transformações no processo de ensino-aprendizagem, especialmente no que se refere à formação ética, crítica e autônoma dos sujeitos. No contexto do ensino superior, a partir da experiência a ser relatada, ferramentas baseadas em IA vêm sendo amplamente utilizadas como suporte à escrita e execução de atividades avaliativas. Embora o Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB, 2024) aponte tais tecnologias como inovações pedagógicas capazes de ampliar o acesso ao conhecimento, torna-se necessário problematizar os impactos do uso acrítico desses recursos, sobretudo em áreas do conhecimento que exigem reflexão ética, engajamento crítico e compromisso social, como o processo de formação em Serviço Social.

A crescente utilização desses mecanismos tecnológicos, sobretudo, a Inteligência Artificial, tem se apresentado como uma das principais transformações recentes no campo educacional. Nesse contexto, surgem preocupações em relação aos impactos dessas ferramentas sobre a produção do conhecimento, na autonomia intelectual e na formação crítica dos indivíduos. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2024) tem alertado para a urgência de utilização ética e responsável desses recursos, ressaltando os riscos da dependência tecnológica, da reprodução de informações inexatas e do enfraquecimento de processos de aprendizagem como a leitura e a interpretação.

Ao considerar a centralidade da dimensão ética na formação profissional dos assistentes sociais, é preciso destacar que a adoção dessas ferramentas tecnológicas, quando desprovida de uma mediação crítica, pode reproduzir lógicas de precarização e esvaziamento do processo educativo. Como destaca Antunes (2018), ao analisar as reconfigurações do trabalho na era digital, as tecnologias, longe de suprimir o trabalho intelectual, tendem a reorganizá-lo sob a lógica do capital, promovendo sua fragmentação, subordinação à produtividade técnica e consequente alienação dos sujeitos envolvidos. Nessa perspectiva, o uso indiscriminado da IA pode comprometer o caráter formativo das práticas pedagógicas, ao reduzir a autonomia intelectual e a criatividade dos/as estudantes, esvaziando o sentido crítico da produção acadêmica.

Tais questões se evidenciaram ao longo da vivência na disciplina “Ética em Serviço Social”, ofertada no Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A disciplina, de caráter obrigatório e pré-requisito para o Estágio Supervisionado I, e constitui-se como componente fundamental para a consolidação do Projeto Ético-Político

Profissional da categoria. Assim como as demais disciplinas obrigatórias, é ofertada em regime de alternância entre os turnos vespertino e noturno, com o objetivo de ampliar o acesso e garantir a equidade na formação dos/as discentes, considerando as diferentes trajetórias, realidades socioeconômicas e compromissos que marcam o cotidiano acadêmico.

A partir de sua ementa, a disciplina propõe o estudo dos fundamentos ontológicos, históricos e políticos da ética e moral, bem como da ética profissional, abordando os diferentes Códigos de Ética do Serviço Social brasileiro e o conjunto das suas legislações. Ademais, para o desenvolvimento do conteúdo programático, as aulas foram desenvolvidas com base no método crítico-dialético e no referencial teórico marxista, por meio de estratégias pedagógicas como leituras dirigidas, debates, seminários temáticos, produções escritas e visitas técnicas. Contou, ainda, com a atuação de duas monitoras — uma bolsista e uma voluntária — que auxiliaram no processo de mediação pedagógica e na sistematização das atividades, sendo também responsáveis pela observação direta que fundamenta este trabalho.

Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo analisar criticamente o uso da inteligência artificial nas atividades desenvolvidas ao longo do Programa de Monitoria da disciplina, nas três unidades avaliativas que a compõem. Logo, buscou-se compreender de que modo o uso não problematizado dessas ferramentas pode influenciar a qualidade das produções acadêmicas, o engajamento dos/as discentes e os limites ético-formativos do processo pedagógico.

No tocante à vivência em análise, a disciplina foi ministrada para 70 discentes, nos semestres letivos 2024.2 e 2025.1, respectivamente, 33 discentes e 37. Ao longo dos semestres, o quantitativo de trancamento correspondeu a cinco, o que equivale a 7,14%; quatro foram reprovados/as por falta, isto é 5,71%. Ao final da etapa, nove discentes, que equivalem a 12,86% realizaram a avaliação final e, com as aprovações, o número chegou a 59 discentes, correspondendo a 84,29%.

Para além dos dados quantitativos, os motivos que levaram ao trancamento e às reprovações vão além do aparente: destacam-se casos relacionados à saúde mental e as dificuldades socioeconômicas, que levaram alguns/as discentes a precisarem escolher entre a continuidade dos estudos ou o ingresso no mercado de trabalho para contribuir com a renda familiar.

Quanto aos métodos avaliativos, a disciplina foi estruturada em três unidades, cada uma com enfoque específico: Unidade I: Abordou os fundamentos históricos e filosóficos da ética por meio de atividades em grupo, baseadas na leitura e discussão dos textos trabalhados em sala de aula; Unidade II: Centrou-se na realização de seminários temáticos e a elaboração de produções escritas, cujo desempenho dos participantes será analisado neste artigo; Unidade III: Consistiu em visitas técnicas, distribuídas entre grupos, cada um voltado a uma política pública específica. As visitas ocorreram sob a orientação de um roteiro acerca da atuação profissional, nas instituições visitadas, com base no Código de Ética vigente, cuja análise é ponto específico tratado no artigo em tela.

METODOLOGIA

O estudo abordou o impacto do uso excessivo de Inteligência Artificial (IA) nas atividades acadêmicas da disciplina e suas implicações para o desenvolvimento crítico dos/as discentes; tais constatações, foram possíveis de ser identificadas, por meio da informação de uma discente que relatou o uso da IA, em seu trabalho. Desta feita, na intenção de minimizar o uso da IA, utilizamos a metodologia ativa, com o intuito de fortalecer as atividades em sala de aula, por meio da pesquisa bibliográfica à luz de debates analíticos, a partir de um roteiro e dinâmicas de sala de aula invertida.

A metodologia do presente trabalho, foi fundamentada, através do resultado das observações *in loco*, realizadas pela docente e monitoras, quanto às diversas atividades escritas. Neste sentido, ocorreu o agudizamento da inquirição das atividades em sala, o que permitiu acompanhar diretamente as interações e os desafios enfrentados no processo de ensino-aprendizagem. Tal procedimento está baseado na abordagem qualitativa, que, segundo Oliveira (2016), possibilita compreender os fenômenos sociais em sua totalidade e historicidade, considerando os significados construídos pelos sujeitos em suas experiências concretas. Ademais, a

análise foi realizada, também, através da pesquisa bibliográfica, entendida por Gil (2023) como um procedimento essencial para a fundamentação teórica e para a construção crítica do objeto investigado.

Apesar da realidade vivenciada, intensificamos a verificação entre a incipiência das respostas aos trabalhos extra sala em relação aos intra sala; assim, tivemos a percepção das construções das narrativas contraditórias; ou seja, entre os trabalhos em sala, os quais sinalizavam maior autenticidade, reflexão crítica e autonomia intelectual, enquanto que, os trabalhos extra sala apresentavam textos padronizados, superficiais e sem pensamento analítico.

Diante disso, foram construídos vários instrumentos de apoio pedagógico, com o intuito de estimular a participação e o engajamento dos/as discentes, tais como: quadros de acompanhamento e sistematização conceitual; organização e sistematização de referências bibliográficas em pastas do Google Drive; compilação das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT); tutorial de construção de artigo científico contendo um layout e instruções básicas por seção, para a elaboração de trabalhos acadêmicos e instrução e construção de roteiro para as visitas técnicas que foram realizadas.

Em relação às correções das unidades avaliativas, as monitoras, sob orientação da docente, construíram instrumentos de apreciação, com base nos indicadores definidos pela professora, a fim de otimizar o processo de correção e contribuir para avaliações mais sistematizadas que permitissem aos/às discentes compreenderem, de maneira clara e objetiva, os parâmetros que deveriam ser atingidos em cada atividade proposta.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Formação em disputa: dinâmicas de ensino, produção acadêmica e o impacto da IA

A trajetória dos/as discentes e o seu desenvolvimento ao longo das três unidades da disciplina nos permite traçar uma análise comparativa entre os processos formativos vivenciados, suas metodologias, formas de mediação e, sobretudo, o impacto da Inteligência Artificial (IA) nas produções acadêmicas. A Unidade I, dedicada aos fundamentos históricos e filosóficos da ética, priorizou atividades coletivas centradas em discussões presenciais com base em leituras dirigidas e debates em sala de aula. Os textos selecionados foram discutidos em grupos, incentivando o pensamento crítico a partir da interpretação compartilhada dos conteúdos.

Esse formato dialógico possibilitou um maior envolvimento dos/as discentes, que, ao debaterem presencialmente as ideias dos autores, foram instigados a construir reflexões mais elaboradas e conectadas à prática profissional. A interação imediata com colegas, monitoras e a docente visou favorecer a construção coletiva do saber, conforme preconizado por Freire (1996), superando a lógica da reprodução mecânica de conteúdo.

Foi constatado, durante a correção das atividades dessa unidade, um índice quase nulo de utilização de IA e isso não ocorreu por acaso, mas está diretamente relacionado ao caráter presencial, dialógico e processual das tarefas propostas. Como afirma Freire (1996), ensinar exige presença, corporeidade, escuta e diálogo – elementos que estiveram fortemente presentes nessa primeira unidade. A atuação em grupo e o acompanhamento imediato das equipes criaram um ambiente onde a autonomia intelectual e a autoria dos/as discentes foram estimuladas e valorizadas, desincentivando o uso de respostas “pré-fabricadas por sistemas automatizados”.

Por outro lado, na Unidade II – voltada à realização de seminários e produção de artigos – observou-se uma mudança significativa na forma de engajamento. Embora tenha sido construído um repositório digital (Drive) com materiais de apoio e orientações metodológicas, parte expressiva dos trabalhos apresentou características que indicavam o uso massivo de ferramentas de IA. Produções textuais com estruturas com padrões de formatação idênticas a IA, ausência de articulação entre referências teóricas e análises superficiais revelaram não apenas a utilização desses recursos, mas, sobretudo, a fragilidade na mediação pedagógica quando deslocada do espaço da sala de aula.

Esse cenário evidencia o que Antunes (2018) descreve como a captura do trabalho intelectual pelo capital informacional. A IA, enquanto tecnologia, é construída a partir de padrões derivados do conhecimento já produzido. No entanto, sua aplicação sem reflexão crítica induz ao

esvaziamento da subjetividade e da singularidade das análises, reproduzindo visões descontextualizadas da realidade.

Ademais, essa prática entra em confronto com os princípios do Código de Ética do Serviço Social (1993), que estabelece o compromisso com o permanente aperfeiçoamento intelectual e com a análise crítica da realidade social. Conforme defendem Barroco e Terra (2012), a ética profissional não pode ser reduzida a um conjunto de normas, mas exige a permanente capacidade de interpretação crítica da realidade e das determinações que a conformam.

Dessa forma, é possível afirmar que o desempenho dos alunos esteve diretamente relacionado à presença da mediação pedagógica e à organização das atividades. Enquanto que na Unidade I, o processo de construção coletiva e presencial promoveu a internalização crítica dos conteúdos; na Unidade II, a distância entre sujeitos e conhecimento favoreceu práticas de dependência tecnológica e um esvaziamento da dimensão ético-formativa. Cabe destacar, nesse contexto, que o uso da IA não é, em si, o problema – mas sim sua utilização descontextualizada, alheia às mediações educativas, sem o devido debate ético e político e se limitando à mera reprodução de informações rasas.

O uso da IA na análise da terceira unidade e as possíveis implicações à realidade profissional

A terceira unidade da disciplina, propôs uma experiência pedagógica que articulasse teoria e prática por meio da realização de visitas técnicas às instituições públicas, onde atuam assistentes sociais. Os/as discentes deveriam observar a realidade institucional, entrevistar os/as profissionais do Serviço Social e elaborar relatórios reflexivos com base em um roteiro previamente construído, ancorado nos princípios do Código de Ética de 1993. A referida proposta visava fomentar a análise crítica das condições de trabalho, das expressões da questão social e dos desafios ético-políticos presentes na atuação profissional.

Contudo, a leitura dos relatórios entregues revelou que boa parte dos/as discentes se limitou a apenas descrever as falas dos sujeitos entrevistados/as, sem tencioná-las ou aprofundar suas contradições. Observou-se, de modo recorrente, uma reprodução quase literal dos depoimentos obtidos, muitas vezes acompanhada de análises superficiais e descoladas do conteúdo debatido em sala de aula. Em alguns casos, inclusive, as produções apresentavam estrutura textual similar a modelos automatizados, o que levantou a hipótese do uso de IA para a redação dos relatórios.

A dificuldade em ir além da informação aparente, limitando-se ao relato factual e ao senso comum, sinalizou um dos aspectos da fragilidade do processo formativo, quando este não é conduzido por uma mediação crítica. O uso da IA, por diversas vezes operado de forma acrítica e sem fundamentação teórica, tende a reforçar essa limitação ao oferecer respostas genéricas, estereotipadas e, por vezes, factualmente incorretas. Isso se configura como um grave risco no campo da formação profissional, especialmente em áreas que demandam interpretação complexa da realidade social, como o Serviço Social.

Antunes (2018), ao analisar a inserção das tecnologias digitais na reorganização do trabalho, alerta para a construção de uma lógica de expropriação do saber humano, em que os sistemas automatizados passam a operar a partir da inteligência coletiva previamente produzida, sem, contudo, promover reflexão. Ao utilizar uma ferramenta como a IA para redigir análises, o estudante não apenas delega o esforço intelectual necessário à compreensão da realidade concreta, mas também compromete a veracidade e a profundidade do conteúdo produzido. Essa prática pode resultar em informações imprecisas, fora de contexto e até mesmo falsas, que se distanciam dos valores de rigor teórico e compromisso ético exigidos pela profissão.

Além disso, Antunes (2006) adverte que a automação das funções cognitivas humanas — como a redação de textos, a organização de ideias e a elaboração de análises — não elimina o trabalho intelectual, mas o reconfigura sob uma lógica produtivista e técnica. Nesse contexto, o conhecimento deixa de ser compreendido como processo criativo, crítico e transformador, passando a ser tratado como produto de consumo imediato. Essa lógica compromete frontalmente o projeto formativo do Serviço Social, baseado no compromisso com a emancipação humana e com a leitura crítica das expressões da questão social.

Para Barroco e Terra (2012), a formação ética do/a assistente social deve estar comprometida com o exercício da crítica permanente, com a busca pela totalidade e com a articulação entre teoria e prática. Para as autoras, a ética profissional não pode ser reduzida à conformidade com procedimentos formais, mas deve expressar a capacidade analítica do sujeito frente às contradições da realidade. A utilização indiscriminada da IA, ao inibir o exercício da reflexão crítica e da elaboração própria, atua na contramão desse projeto.

Nesse mesmo sentido, Guerra (2014) destaca que a racionalidade tecnológica, parte da sociabilidade capitalista contemporânea, tende a subordinar a ação humana aos padrões de eficiência, produtividade e controle, reduzindo a capacidade de apreensão crítica da realidade. Ao incorporar essa lógica ao processo formativo sem mediação pedagógica, corre o risco de transformar a produção do conhecimento e o próprio ato de aprender em uma atividade meramente instrumental, excluindo a sua dimensão reflexiva e comprometendo a formação de futuros/as assistentes sociais capazes de interpretar as múltiplas expressões da questão social para além do imediatismo.

Essa situação torna-se ainda mais preocupante quando se considera que os relatórios da terceira unidade deveriam ser frutos da experiência concreta vivenciada pelos/as discentes nas instituições visitadas. No entanto, o uso de textos automatizados e a fragilidade na problematização do conteúdo indicam não apenas uma crise na mediação pedagógica, mas uma inflexão perigosa no processo de formação ético-política. Se o/a discente, ainda em processo formativo, recorre a informações automatizadas e não verifica sua veracidade ou coerência com a realidade observada, é provável que, em seu agir profissional, reproduza informações sem base crítica ou o necessário distanciamento analítico.

Isso coloca em risco não apenas a qualidade da intervenção profissional, mas também os direitos dos sujeitos atendidos pelo Serviço Social, que podem ser prejudicados por uma atuação pouco fundamentada. Além disso, o uso de informações imprecisas — ou mesmo falsas — pode violar princípios fundamentais do Código de Ética do/a Assistente Social, como o compromisso com a verdade, a responsabilidade com os usuários e a qualidade dos serviços prestados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da disciplina “Ética em Serviço Social”, a partir da experiência de monitoria e da observação participante, revelou contradições significativas no processo de ensino-aprendizagem diante da crescente presença da Inteligência Artificial no contexto acadêmico.

Se, por um lado, as ferramentas tecnológicas podem contribuir para a democratização do acesso à informação e para a organização de conteúdos, por outro, seu uso acrítico evidencia fragilidades ético-formativas e aponta para uma inflexão preocupante na forma como o conhecimento tem sido produzido no ensino superior.

A experiência docente e da monitoria demonstrou que a presença ativa da mediação pedagógica, o trabalho coletivo e o vínculo construído em sala de aula são fatores decisivos para promover uma aprendizagem mais significativa, autêntica e crítica. Nas atividades presenciais da Unidade I, praticamente não houve utilização de IA, o que reafirma a importância da pedagogia dialógica e da construção coletiva do saber, como propõe Freire (1996). Nas atividades das Unidades II e III, especialmente quando realizadas fora do ambiente acadêmico, observou-se maior incidência de uso de tecnologias automatizadas, muitas vezes sem critérios ou reflexões.

Essa constatação levanta uma série de questionamentos urgentes para a formação no Serviço Social: que tipo de autonomia intelectual estamos promovendo entre os/as discentes? O que significa “apreender” em um contexto de automatização do pensamento e padronização da linguagem? Que riscos corremos ao permitir que dispositivos não sensíveis à realidade social, como a IA, intervenham diretamente nos processos formativos de sujeitos que serão, futuramente, responsáveis por intervir em contextos de desigualdade, vulnerabilidade e violação de direitos?

O uso da IA tende a reforçar a lógica da praticidade, da agilidade e da superficialidade. Como afirmam Antunes (2018), Barroco e Terra (2012), vivemos uma era em que o saber é cada vez mais instrumentalizado, reduzido a uma mercadoria simbólica que serve à lógica do desempenho e da produtividade. Esse cenário se mostra incompatível com os princípios ético-políticos do Serviço Social, que demandam formação crítica, compromisso com a emancipação humana e leitura aprofundada da realidade concreta.

A IA, nesse contexto, torna-se não apenas um risco técnico, mas uma ameaça ética, ao induzir à reprodução de conteúdos descontextualizados, imprecisos e, por vezes, totalmente falsos — o que compromete a formação e, consequentemente, a prática profissional. Diante dessa realidade, torna-se fundamental não apenas problematizar o uso da IA, mas incorporá-la como objeto de reflexão crítica dentro do próprio processo formativo.

É preciso que as universidades e os cursos de graduação construam espaços de debate ético-político sobre as implicações do uso dessas ferramentas, que desenvolvam critérios coletivos para sua utilização e que estimulem a autorregulação ética entre os/as discentes. O combate ao uso mecânico e à dependência tecnológica não pode se dar por meio da repressão, mas da consciência crítica e do fortalecimento da mediação pedagógica.

Essa experiência também aponta para a necessidade de aprofundar a discussão sobre os limites e as possibilidades das tecnologias digitais na formação em Serviço Social. Em vez de eliminar o uso da IA, é possível ressignificá-lo: utilizar esses recursos como apoio à pesquisa, organização de ideias ou análise de dados, desde que integrados de forma transparente e orientada pelos valores ético-políticos da profissão. A chave está na mediação, na formação crítica e na capacidade de discernimento — competências que a IA não pode substituir.

Por fim, esta reflexão aponta para a importância de continuar monitorando e pesquisando os impactos do uso da IA nos processos educativos. A partir das constatações aqui apresentadas, surge a necessidade de ampliar o diagnóstico institucional, integrar a discussão sobre tecnologia aos projetos pedagógicos dos cursos e formar docentes e discentes para um uso crítico, consciente e eticamente orientados desses recursos. Não se trata apenas de acompanhar a transformação digital, mas de disputar seu sentido e seu lugar no projeto de formação humana que o Serviço Social historicamente defende.

Além disso, os resultados obtidos evidenciam que a problemática do uso da IA durante a formação em Serviço Social não pode ser entendida como uma questão meramente tecnológica, mas sim, como um fenômeno inserido nas transformações contemporâneas, marcado pela intensificação do produtivismo, pela valorização da rapidez e pela crescente tecnificação do conhecimento. Nesse âmbito, a formação profissional tende a ser esvaziada de seu conteúdo crítico, se distanciando da construção necessária para atingir a capacidade de análise de conjuntura.

Nessa direção, reafirma-se a importância da formação profissional ancorada nos principios do Projeto Ético-Político do Serviço Social, comprometido com as emancipações política e humana. Como analisado a partir de Barroco e Terra (2012), a dimensão ética da profissão exige contínuo aprimoramento intelectual e capacidade crítica para apreender a realidade social. Logo, diante dos desafios apresentados, torna-se imprescindível a valorização da mediação pedagógica, do processo investigativo, da leitura analítica e da produção autoral do conhecimento.

A formação profissional não pode abrir mão da ética, da criticidade e da autonomia — valores incompatíveis com a terceirização do pensamento e a reprodução cega de conteúdos. Que esta experiência sirva como alerta e como ponto de partida para um enfrentamento coletivo e propositivo dos desafios colocados pela Inteligência Artificial no campo da educação superior e, em particular, na formação de assistentes sociais comprometidos com a transformação da realidade social.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **O Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro:** ruptura com o conservadorismo. Cortez. 2019.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na eradigital. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018. Disponível em: https://nestpoa.wordpress.com/wp-content/uploads/2019/09/ra-ps.pdf. Acesso em: 20 mai. 2025.

BARROCO, Maria Lucia Silva.; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. Organização do Cfess. São Paulo: Cortez, 2012.

BRASIL. **Código de Ética do/a Assistente Social:** Lei n.º 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

CENTRO DE INOVAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA. CIEB: **Notas Técnicas #21 Inteligência artificial na educação básica:** novas aplicações e tendências para o futuro. São Paulo: CIEB, 2024. E-book em PDF.

CUNHA, Márcia Borin da; OMACHI, Nathalie Akie; RITTER, Olga Maria Schimidt; NASCIMENTO, Jéssica Engel do; MARQUES, Glessyan de Quadros; LIMA, Fernanda Oliveira. Metodologias ativas: em busca de uma caracterização e definição. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 40, e39442, 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. Barueri, SP: Atlas, 2023

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. *In:* CFESS. **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), 2009.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 10. ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2014.

GUERRA, Yolanda. O projeto profissional crítico: estratégias de enfretamento das condições contemporâneas da prática profissional. *In:* **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 91. São Paulo: Cortez. 2007

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** trabalho e formação. – 27. Ed. – São Paulo: Cortez, 2020.

INSTITUTO UNIBANCO. **Inteligência Artificial na Educação:** conheça os efeitos dessa tecnologia no ensino e na aprendizagem. São Paulo: Observatório de Educação – Instituto Unibanco, 2023. Disponível em: https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/inteligencia-artificial-na-educacao. Acesso em: 23 out. 2025.

MORAN, José. **Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda**. Disponível em: https://moran.eca.usp.br/wp-content/uploads/2013/12/metodologias_moran1.pdf. Acesso em: 23 out. 2025.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 7. ed. Revista e atualizada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

SILVA, Márcia Belarminio da; VIEIRA, Yasmim da Silva; ALVES, Márcia de Albuquerque. **A eficácia das metodologias ativas no ensino aprendizagem.** Disponível em: https://www.iesp.edu.br/sistema/uploads/arquivos/publicacoes/a-eficacia-das-metodologias-ativas-no-ensino-aprendizagem-autor-silva-marcia-belarminio-da-.pdf. Acesso em: 23 out. 2025.

UNESCO**. Guia para a IA generativa na educação e na pesquisa**. Paris: UNESCO, 2024. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/ceart/id_cpmenu/22588/Guia_UNESCO_para_a_IA_generativa_na_educac_a_o_e_na_pesquisa_17524185172543_22588.pdf. Acesso em: 01 jul. 2025.